

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto para os itens de 1 a 20.

1 Mênfis, no Antigo Egito, foi a maior cidade do planeta por quase mil anos, entre 3100 a.C. e 2200 a.C. Tinha vinte mil habitantes. É menos que o bairro da Sé, no centro de São Paulo, nos dias atuais. Imagine o quanto era difícil proteger a privacidade em uma cidade de cinco mil anos atrás.

4 Não é que a preocupação não existisse. Aristóteles, que viveu no século 4 a.C., defendia que a vida se dividia em duas esferas, a pública, que acontecia na pólis, e a privada, que o filósofo chamava de *oikos*.

7 Mas, na prática, as comunidades humanas moravam em vilas. Ali tudo o que acontecia era, de uma forma ou outra, público, especialmente no ambiente familiar, que era muito mais extenso do que hoje em dia.

A preocupação de garantir o direito a proteger a vida de bisbilhoteiros é uma invenção muito mais recente: a primeira proposta de lei com esse objetivo surgiu nos Estados Unidos, na década de 1890. E os juristas Samuel Warren e 10 Louis Brandeis propuseram, de forma pioneira, no artigo intitulado **The Right of Privacy**, que todo cidadão tinha o “direito de ser deixado sozinho”.

13 Na época, a maior cidade do mundo era Londres e tinha 5,5 milhões de habitantes. Em metrópoles desse porte, era possível, pela primeira vez, garantir segredo em alguns aspectos da vida. Como apontou o escritor Edgar Allan Poe no conto **O Homem na Multidão**, publicado na capital da Inglaterra em 1840, numa grande cidade era possível estar no meio da rua, cercado por pessoas, e não conhecer absolutamente ninguém.

16 A iniciativa foi transformada em diferentes leis, difundidas inicialmente no mundo anglo-saxão, num momento em que a Inglaterra controlava as terras onde viviam 23% da população global, e os Estados Unidos ainda estavam sob a influência dos códigos britânicos. O conceito jurídico de privacidade continuou avançando. As leis europeias desenhadas 19 entre meados dos anos 1960 e início dos anos 1970 o atualizaram, mergulharam em detalhes e se mostraram visionárias — a lei sobre a divulgação de dados pessoais promulgada na cidade alemã de Hessen é ainda hoje citada como referência para a legislação a respeito da Internet.

22 Acontece que agora, com a nova sociedade digital, voltamos a viver em vilas. O privado e o público estão novamente misturados, quase como uma babilônia digital. “Ao atender um telefone dentro de um teatro, estamos vivendo um momento privado em um ambiente público. Por outro lado, ao publicar um *post* com uma foto tirada dentro do nosso 25 quarto, estamos vivendo um momento público em um ambiente privado”, avalia o sociólogo e professor Massimo Di Felice, coordenador do Centro Internacional de Pesquisa da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

O digital muda tudo, inclusive num sentido inédito na história da nossa espécie, segundo o professor: agora, a 28 sociedade humana não é exclusivamente formada por seres humanos. Os espaços são ocupados por pessoas e equipamentos, em um nível quase de igualdade. “Agora convivemos com tecnologias ligadas à Internet o tempo todo. Estar conectado é uma condição básica da vida. A divisão física entre ambiente público e privado, que costumava ser 31 definida pela arquitetura, não existe mais”, explica. Nesse contexto, o cenário muda, enquanto a noção de privacidade se ajusta de acordo com a cultura, a vivência e a geração.

Na nova sociedade digital, você nunca está só. *In: Revista Superinteressante.*  
Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens de 1 a 6.

- 1 De acordo com o texto, ao longo da evolução da humanidade, todas as sociedades desenvolveram algum grau de preocupação com a proteção da privacidade, pois a divisão entre as esferas pública e privada existia mesmo em comunidades humanas mais antigas.
- 2 O segundo parágrafo do texto concentra-se em definir o conceito filosófico de *oikos*, correspondente à esfera pública da vida, de acordo com Aristóteles.
- 3 Infere-se do texto que, atualmente, com a nova sociedade digital, não são claros os limites entre o público e o privado, o que se relaciona com a presença expressiva da tecnologia nos espaços ocupados pela sociedade humana.

- 4 O objetivo central do texto é alertar o leitor dos perigos associados à fragilidade da segurança dos dados disponíveis em meio digital, uma vez que a Internet facilita os ataques a informações pessoais.
- 5 Na linha 8, os dois-pontos foram empregados com o objetivo de introduzir uma síntese das ideias apresentadas nos três primeiros parágrafos do texto.
- 6 No primeiro parágrafo do texto, é estabelecida uma comparação entre a dimensão territorial de Mênfis, no Antigo Egito, e a extensão do bairro da Sé, no centro de São Paulo.

Acerca dos aspectos gramaticais e dos sentidos do texto apresentado, julgue os itens de 7 a 20.

- 7 O termo “o”, em “o atualizaram” (linha 19), retoma toda a expressão “O conceito jurídico de privacidade” (linha 18).
- 8 Seria mantida a correção gramatical do texto caso fosse inserido o sinal indicativo de crase no vocábulo “a”, no trecho “o direito a proteger” (linha 8), por se tratar de contexto em que é opcional o emprego desse sinal.
- 9 O período “Em metrópoles desse porte, era possível, pela primeira vez, garantir segredo em alguns aspectos da vida” (linhas 12 e 13) apresenta predicado nominal, e o trecho “garantir segredo em alguns aspectos da vida” exerce a função de sujeito nesse período.
- 10 As vírgulas que isolam o trecho “na prática” (linha 6) poderiam ser suprimidas sem prejuízo da correção gramatical do texto.
- 11 Mantendo-se a coerência e a correção gramatical do trecho “A preocupação de garantir o direito a proteger a vida de bisbilhoteiros é uma invenção muito mais recente” (linha 8), a preposição “de” poderia ser substituída por **em**.
- 12 O termo “cercado” (linha 15) está flexionado no masculino e no singular porque concorda com a palavra “escritor” (linha 13).
- 13 Mantendo-se a correção e os sentidos originais do texto, a palavra “onde” (linha 17) poderia ser substituída por **em que**.
- 14 O emprego do acento gráfico em “britânicos” (linha 18) e “público” (linha 22) justifica-se com base na mesma regra de acentuação.
- 15 No trecho ‘Ao atender um telefone dentro de um teatro’ (linha 23), o vocábulo ‘atender’ poderia ser corretamente flexionado no plural — **atenderem** —, mantendo-se a coerência e os sentidos do texto.
- 16 O trecho ‘A divisão física entre ambiente público e privado, que costumava ser definida pela arquitetura, não existe mais’ (linhas 30 e 31) poderia ser reescrito da seguinte forma, sem prejuízo de sua coerência e de sua correção gramatical: **A arquitetura costumava definir a divisão física entre ambiente público e ambiente privado, mas essa divisão não existe mais.**
- 17 Sem alteração do sentido do texto e das relações sintáticas estabelecidas no trecho “Não é que a preocupação não existisse” (linha 4), a palavra “existisse” poderia ser substituída por **houvesse**.
- 18 A conjunção “Como” (linha 13) introduz oração adverbial comparativa no período em que se insere, estabelecendo um contraste entre o mundo fictício criado por Edgar Allan Poe e a realidade de Londres do século XIX.
- 19 No último período do texto, a expressão “a noção de privacidade” classifica-se como sujeito composto, por apresentar mais de um núcleo nominal.
- 20 A expressão “por pessoas e equipamentos” (linhas 28 e 29) e a expressão ‘pela arquitetura’ (linha 31) exercem a mesma função sintática nos períodos em que ocorrem.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Com relação ao Microsoft Excel 2013, aos conceitos e às ferramentas de redes de computadores e ao programa de correio eletrônico Microsoft Outlook Express 6, julgue os itens de 21 a 25.

- 21 No Excel 2013, a barra de rolagem do *mouse* pode ser usada para percorrer as guias.
- 22 No Excel 2013, caso o usuário deseje criar restrições quanto aos dados que poderão ser inseridos em uma célula, ele poderá usar o recurso Validação de Dados.
- 23 O TELNET é a ferramenta, utilizada em redes de computadores, cuja função principal é a de configurar dinamicamente os parâmetros da rede TCP/IP em um computador.
- 24 Uma rede de computadores não pode conter somente computadores pessoais, pois é necessário que exista, no mínimo, um computador mais robusto do tipo grande porte, o qual será o servidor.
- 25 Mesmo que o computador não esteja conectado à Internet, o usuário poderá fazer uso do Outlook Express 6 para gerenciar as mensagens de *e-mail*.

A respeito das noções de vírus, dos aplicativos para a segurança da informação e dos procedimentos de *backup*, julgue os itens de 26 a 30.

- 26 A principal característica dos vírus de *boot* é que eles se fixam diretamente na memória RAM do computador.
- 27 Os *botnets* são a categoria de vírus mais perigosa atualmente, pois eles se instalam na partição de inicialização do sistema e executam a formatação do computador no momento em que ele é iniciado.
- 28 Um dos aplicativos para a segurança da informação é o antivírus, que inspeciona o conteúdo de um arquivo e tenta localizar códigos para compará-los com o seu banco de dados de vacinas, visando a interromper uma possível infecção do sistema.
- 29 Uma das funções do *firewall* é executar um comando de filtragem previamente especificado com base nas necessidades de compartilhamento, acesso e proteção requeridas pela rede.
- 30 A tarefa de compactação de dados é raramente usada em sistemas de *backup*, pois, além de não economizar espaço de armazenamento, pode ainda corromper os arquivos.



Anderson e Bárbara resolveram jogar par ou ímpar de uma forma nada convencional. Cada um lançaria um dado com faces gravadas com números de um a seis. Se o produto dos números observados fosse par, Bárbara seria a vencedora. Se o produto dos números observados fosse ímpar, Anderson seria o vencedor.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **31** a **34**.

- 31** A probabilidade de Anderson vencer a disputa é de 25%.
- 32** Se a soma dos números observados for igual a 8, a probabilidade de Bárbara vencer a disputa é de 60%.
- 33** A probabilidade de a soma dos números observados ser igual a 5 ou 9 é de 0,222222....
- 34** Se os dados utilizados são cubos de aresta igual a 16 mm, o volume de cada um deles é igual a 4.096 mL.

---

Em uma loja, há 6 tipos de refrigerante, 4 tipos de queijo e 3 tipos de carne.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens de **35** a **37**.

- 35** Há exatamente 13 modos de uma pessoa comprar um refrigerante, um queijo e uma carne nessa loja.
- 36** Há exatamente 64 modos de uma pessoa comprar 10 carnes nessa loja.
- 37** O número de anagramas da palavra QUEIJO está para o número de anagramas da palavra REFRIGERANTE assim como 1 está para  $2^4 \times 3 \times 5 \times 7 \times 11$ .

---

Lucas é um rapaz apaixonado por felinos. Em sua casa, há 10 gatos brancos, 7 gatos alaranjados e 8 gatos pretos. Há 4 gatos brancos e laranjas, 5 gatos brancos e pretos e 3 gatos pretos e laranjas. Apenas 3 gatos possuem essas três cores. Há, ainda, 5 gatos completamente marrons e 6 gatos completamente acinzentados.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **38** a **40**.

- 38** Se somente fêmeas dessa espécie podem ser tricolores, então há apenas 3 gatas na casa de Lucas.
- 39** O total de gatos na casa é um número inteiro e, portanto, não pertence ao conjunto dos números racionais.
- 40** Lucas possui 27 gatos.

**CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES**

Conforme a Lei n.º 9.784/1999 e suas alterações, julgue os itens de **41 a 45**.

- 41** As chamadas decisões coordenadas exigem a intervenção de um mínimo de cinco setores ou órgãos.
- 42** A escolha de se adotar a modalidade coordenada de decisão é puramente discricionária.
- 43** A decisão coordenada é intersetorial, não podendo ser interinstitucional.
- 44** Não é possível a adoção da modalidade decisória coordenada em processos que digam respeito ao poder sancionador.
- 45** O processo para a prolação de decisão coordenada admite a intervenção de interessados, que poderão ter voz, de modo a subsidiar a conclusão.

A respeito das alterações impressas na Lei n.º 8.429/1992 pela Lei n.º 14.230/2021, julgue os itens de **46 a 50**.

- 46** Presentes os requisitos legais, é possível a conversão de ação de improbidade em ação civil pública, em franca aplicação da fungibilidade.
- 47** Não se admite, em ação de improbidade, dolo ou dano presumido.
- 48** A ação de improbidade administrativa é repressiva e sancionatória, não se prestando ao controle de legalidade de políticas públicas.
- 49** O juízo, ao fundamentar sentença em ação de improbidade, deve levar em consideração as dificuldades práticas e reais do gestor e as limitações que puderem ter condicionado o seu agir.
- 50** Em ação de improbidade, não se admite decisão fundada em valores jurídicos abstratos.

Quanto à ética no serviço público, julgue os itens de **51 a 55**.

- 51** As relações morais não podem ser contrárias ao que a justiça estabelece.
- 52** A ética persegue o fundamento do valor a partir da historicidade nele presente.
- 53** A ética pressupõe dilema e reflexão.
- 54** Do ponto de vista ético, existir não é o bastante; deve-se buscar ser útil e contribuir.
- 55** A ética exerce um importante papel de sustentáculo social.

Considerando o cenário mundial da atualidade, julgue os itens de **56 a 65**.

- 56** Criada logo após o término da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) é um grande órgão multilateral, com cerca de duas centenas de Estados-membros.
- 57** O Conselho de Segurança da ONU é formado por membros temporários e por cinco membros permanentes (Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China), sendo que estes têm direito a veto.
- 58** Palco principal de duas guerras mundiais no século passado, a Europa assiste, nesta segunda década do século XXI, à eclosão de um conflito que convulsiona o Leste do continente.

- 59** A atual guerra, que comove e aterroriza larga parcela da população mundial, teve início com a invasão da Ucrânia por forças de combate russas, após determinação do presidente Vladimir Putin.
- 60** O pretexto para a decisão tomada pela Rússia foi a entrada da Ucrânia na aliança militar ocidental, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ocorrida no final do ano passado.
- 61** A ONU calcula que, em dez dias de combate, cerca de dois milhões de ucranianos procuraram se refugiar em países vizinhos, notadamente na Polônia.
- 62** Em situações como a vivida pela Ucrânia, além de outros dramas recorrentes na Ásia e na África, é que se deplora a inexistência de um órgão na estrutura da ONU voltado para a proteção e o amparo a refugiados pelo mundo afora.
- 63** Pelo fato de a Rússia estar fora do mercado mundial, em face de sua oposição aos rumos da globalização, acredita-se que serão diminutos os efeitos econômicos do conflito entre Rússia e Ucrânia.
- 64** Por temer uma reação violenta de Putin, cujo país detém o arsenal nuclear herdado da extinta União Soviética, o Ocidente, com os Estados Unidos à frente, optou por não impor sanções econômicas e financeiras à Rússia.
- 65** A inexistência de leis internacionais que regulem o comportamento, as ações e as atitudes de países em guerra está sendo sentida com maior intensidade, nos dias atuais, em face do atual conflito no Leste europeu.

Extremamente complexo e, não raro, contraditório, o mundo contemporâneo em muito se distingue dos séculos que o precederam. Na economia, na política, na cultura e nas relações sociais, a atual realidade mundial apresenta notáveis avanços, mas graves problemas insistem em continuar existindo. A partir dessas considerações, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** Com o colapso da União Soviética e a desintegração do chamado “socialismo real” da Europa Oriental, os Estados Unidos não mais encontraram concorrentes em termos econômicos, militares e políticos, situação que persiste até hoje.
- 67** Há uma crença generalizada de que, nos dias atuais, para se inserir competitivamente na economia crescentemente globalizada, um país precisa contar com um sistema educacional de qualidade e não excludente.
- 68** Um acontecimento significativo da sociedade contemporânea é a ascensão feminina: embora ainda longe da superação da desigualdade de gênero e experimentando graus variados de intensidade pelo mundo afora, as mulheres vão vencendo barreiras históricas e ocupando cargos e funções até então fora de seu alcance.
- 69** Vive-se a era do conhecimento e da informação, assentada em verdadeira revolução tecnológica, de que resultaria a existência de um “mundo digital”.
- 70** A erradicação completa do analfabetismo em escala mundial foi, muito provavelmente, a maior conquista civilizatória da sociedade contemporânea.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do controle concreto ou incidental de constitucionalidade, julgue os itens de **71 a 75**.

- 71** No controle difuso, em relação à questão principal debatida no processo, a declaração incidental de inconstitucionalidade surge como questão prejudicial.
- 72** Para fim de declaração incidental de inconstitucionalidade, a cláusula de reserva de plenário (*full bench*) alcança as turmas recursais.
- 73** Órgãos administrativos autônomos, como o Tribunal de Contas da União, devem observância à cláusula de reserva de plenário para fins de controle incidental de constitucionalidade de atos administrativos.
- 74** O controle incidental, quando realizado pelo Supremo Tribunal Federal, tem observado que, cada vez mais, ele se aproxima do modelo abstrato, seja pelo exemplo da repercussão geral, seja pela expansividade dos efeitos da decisão, a partir do entendimento de mutação constitucional que afastou a necessidade de resolução do Senado Federal como condição para a eficácia *erga omnes*.
- 75** A ação civil pública, por possuir aptidão para produzir decisão com eficácia *erga omnes*, não admite controle difuso de constitucionalidade, sob pena de acabar funcionando como sucedâneo de ação direta.

No que concerne ao incidente de arguição de inconstitucionalidade, julgue os itens de **76 a 80**.

- 76** Arguida incidentalmente a inconstitucionalidade de dado dispositivo em dada demanda, haverá a possibilidade de lavratura de até três acórdãos distintos: um primeiro pelo órgão fracionário, admitindo ou não o incidente; um segundo, se admitido o incidente pelo órgão especial, decidindo o incidente em si; e um terceiro, novamente pelo órgão fracionário, decidindo a questão principal na esteira do que houver decidido o órgão especial.
- 77** A parte que desejar interpor recurso extraordinário contra decisão em incidente de arguição de inconstitucionalidade voltar-se-á contra o que houver decidido o órgão especial do tribunal.
- 78** A preexistência de decisão do órgão especial do respectivo tribunal ou de qualquer órgão colegiado no âmbito do Supremo Tribunal Federal a respeito de certo tema tornará dispensável a instauração do incidente de arguição de inconstitucionalidade que versar sobre idêntico ponto.

- 79** É obrigatória, no incidente de arguição de inconstitucionalidade, sob pena de nulidade, a oitiva das pessoas jurídicas de direito público responsáveis pela edição do ato normativo impugnado.
- 80** É obrigatória, no incidente de arguição de inconstitucionalidade, sob pena de nulidade, a oportunidade de manifestação do Ministério Público.

A respeito da legitimidade em sede de mandado de segurança, julgue os itens de **81 a 85**.

- 81** O mero executor do ato coator não ostenta legitimidade para figurar como autoridade coatora em mandado de segurança.
- 82** Dirigentes de entidades privadas, notadamente concessionárias de serviços públicos, não ostentam legitimidade para figurar como autoridade coatora em mandado de segurança contra atos de gestão.
- 83** Atos estatais que sejam despedidos de poder de império não possuem, em geral, aptidão para desafiar mandado de segurança.
- 84** Em atos complexos, a legitimidade para figurar como autoridade coatora é de todos os agentes envolvidos na cadeia decisória.
- 85** Em atos compostos, a legitimidade para figurar como autoridade coatora é de todos os agentes envolvidos na cadeia decisória.

Tendo em vista as disposições da Lei n.º 14.233/2021, julgue os itens de **86 a 90**.

- 86** O âmbito de vigência material da Lei n.º 14.133/2021 alcança concessão e permissão de uso de bens públicos e contratos que tenham por objeto operações de crédito.
- 87** O âmbito de vigência material da Lei n.º 14.133/2021 alcança contratações de tecnologia da informação e de gestão da dívida pública.
- 88** O princípio de segregação de funções consiste em compartimentação de atividades no certame licitatório, prezando-se pela especialidade e pela independência funcional dos servidores.
- 89** O princípio do desenvolvimento nacional sustentável passa a nortear as licitações administrativas, incorporando à noção de vantajosidade das propostas a satisfação de políticas públicas sociais, econômicas e ambientais.
- 90** Por remissão expressa, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro também subordina as licitações administrativas, no que couber.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, julgue os itens de **91 a 95** quanto à ação rescisória.

- 91** Os efeitos da decisão que rescindir sentença de mérito já transitada em julgado retroagem inclusive para determinar a restituição de verbas de natureza alimentar.
- 92** Compete ao Pleno dos Tribunais Regionais do Trabalho o julgamento de ações rescisórias contra os acórdãos do próprio Tribunal.
- 93** A ação rescisória exige depósito prévio de 20% do valor da causa, ainda quando houver hipossuficiência econômica do autor.
- 94** A execução do comando judicial proferido em ação rescisória é feita na própria ação rescisória.
- 95** Uma vez transitada em julgado, a decisão extintiva de execução é passível de pedido rescisório.

Com relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue os itens de **96 a 100**.

- 96** A lei que determina o começo da personalidade é a do país em que tiver nascido a pessoa, enquanto a lei que determina o fim da personalidade é a do país em que tiver ocorrido o óbito da pessoa.
- 97** O regime de bens dos nubentes é regido pela lei do país em que tiver sido celebrado o casamento.
- 98** O divórcio realizado em país estrangeiro tem eficácia imediata no Brasil.
- 99** As obrigações são regidas pela lei do país em que elas se constituírem.
- 100** A lei do domicílio do herdeiro regula a capacidade para suceder.

Com base na Lei n.º 11.107/2005, julgue os itens de **101 a 105**.

- 101** O consórcio público constituirá pessoa jurídica de direito privado ou associação pública.
- 102** A participação da União em consórcio público pressupõe a integração de todos os estados em que estejam situados os municípios consorciados.
- 103** O consórcio público depende de prévia subscrição de protocolo de intenções.
- 104** O consórcio público, independentemente da personalidade que assuma, integra a administração direta de todos os entes consorciados.
- 105** A extinção de contrato de consórcio público depende de aprovação de assembleia geral e de lei federal.

Segundo a Lei n.º 5.524/1968 e o Decreto n.º 90.922/1985, julgue os itens de **106 a 110**.

- 106** O técnico industrial de nível médio somente pode auxiliar na execução de serviços de manutenção de equipamentos e instalações, não lhe sendo autorizado coordenar com autonomia essas atividades.
- 107** Em pesquisas tecnológicas, compete ao técnico industrial de nível médio coletar, tabular e interpretar dados de natureza técnica.
- 108** As atribuições dos técnicos industriais de nível médio não estão previstas taxativamente na lei ou em seu regulamento, sendo permitidas quando compatíveis com sua formação curricular.
- 109** Os técnicos agrícolas de nível médio possuem autonomia profissional para administrar propriedades rurais.
- 110** Para fins de comprovação da habilitação profissional, a carteira profissional de técnico, expedida por Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional, substitui o diploma.

À luz da Lei n.º 13.639/2018, julgue os itens de **111 a 115**.

- 111** O Conselho Federal de Técnicos Agrícolas somente pode ser composto por brasileiros natos.
- 112** São órgãos do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas a Diretoria Executiva e o Plenário Deliberativo.
- 113** O mandato de conselheiro federal tem a duração de dois anos, vedada a reeleição.
- 114** O Plenário dos Conselhos Federais será composto por exatos 27 conselheiros, três para cada unidade da Federação.
- 115** Não há a figura do suplente entre os conselheiros federais, que, em caso de indisponibilidade, serão substituídos por novo membro eleito em pleito específico.

Conforme a Lei n.º 13.639/2018, julgue os itens de **116 a 120**.

- 116** As atividades dos conselhos federais poderão ser custeadas com renda própria ou de terceiros.
- 117** Os recursos dos conselhos podem provir da celebração de convênios com outras entidades.
- 118** O Conselho Federal receberá dos Conselhos Regionais percentual do valor arrecadado a título de anuidades, multas, taxas e tarifas.
- 119** A abstenção de votação nas eleições do Conselho Federal é infração disciplinar.
- 120** A admoestação pública é uma sanção disciplinar passível de aplicação.